MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Ata n.º 8/2012
Sessão ordinária de 21 de Dezembro

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento, exercendo funções de Presidente da Mesa, a primeira Secretária Manuela Maria Semedo Tenazinha, em substituição do respectivo Presidente (nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 169/99) com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ----------
---
----------**Lista de Presenças**:----------

---

21 Deputados Municipais do PSD – Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha (em substituição do Presidente da Mesa), Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, Gilberto José Carapeto de Sousa, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, (exercendo funções de 2.ª Secretária), Mário Baião Botelho da Silva, Carlos José das Neves Catarino, Irina Alexandra Mendes Martins, Fábio Manuel da Silva Bota, Analídio Correia da Ponte, José João Gonçalves Guerreiro, Telma Isabel Domingos Apolónia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Sandra Maria Pestana Farinha Neto, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Fernando Manuel Guerreiro Vargues (Presidente da Junta de Freguesia de Benafim), José Coelho Mendes (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Rosa Maria S.F.Caliço (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Querença), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Horácio Correia da Piedade, (Presidente da Junta de Freguesia de Sebastião), Carlos Alberto Viegas Grade, (Presidente da Junta de Freguesia da Tôr); ----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

14 Deputados Municipais do PS – Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Maria Helena Serafim Guerreiro Baptista (1.ª Secretária), Carlos Manuel Pontes Costa, Luís Miguel Cristóvão Mealha, Carlos Gabriel da Silva Carmo, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Fernando Domingos Santos, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte Silva, Frederico Manuel dos Santos Alves Vieira, João Manuel de Sousa Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Abílio Vargas de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Pedro Maria Neves de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente); ----------

1 Deputado Municipal do BE – Carlos José da Silva Martins;----------

1 Deputado Municipal do CDS-PP – António José Mendes Pinto Farrajota;

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: ----------

Os **deputados municipais do PSD**, Mário Patinha Antão (Presidente da Assembleia), Helder Manuel Faria Martins, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Manuel Viegas dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Querença).

Os **deputados municipais do PS**, Jamila Bárbara Madeira e Madeira, Rui Eugénio Ferreira Lourenço,----------

Ordem de Trabalhos

1- Período de Intervenção do Público;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

3- Período da Ordem do Dia:

1) - **Proposta 57/2012** – Apreciar e votar o projecto-proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2013, nos termos da proposta, ao abrigo da

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e alínea c) do n.º 2, do artigo 64.º com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2) - **Proposta 58/2012** – Apreciar e votar a Proposta de Contracção de Empréstimo de curto prazo no montante de 5.000.000.00 EUR para o ano de 2013, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

3) - **Proposta 59/2012** – Aprovar a Nomeação de Auditor Externo para os exercícios de 2012 e 2013, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.a) - **Proposta 60/2012** – Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de Procedimento Concursal comum para constituição de reservas de recrutamento, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico da atividade "Administração Geral", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar ao Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas Municipais, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

b) - **Proposta 61/2012** – Apreciar e votar a proposta de ocupação de um posto de trabalho na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por recurso à reserva de recrutamento interna existente na autarquia, por via de Procedimento Concursal n.º 04/2011 para a categoria de Assistente Operacional, a afetar à atividade de "Administração Geral" da Divisão de Transportes e Oficinas, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

c) - **Proposta 62/2012** – Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de Procedimento Concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional da atividade "Abastecimento de Água", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Sistemas de Saneamento Básico, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

d) - **Proposta 63/2012** – Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de Procedimento Concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional da atividade "Abastecimento de Água", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Sistemas de Saneamento Básico, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

e) - **Proposta 64/2012** – Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de procedimento Concursal comum para constituição de reservas de recrutamento, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico da atividade "Saneamento Básico"", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Sistemas de Saneamento Básico, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

5.a) - **Proposta 65/2012** – Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual relativo aos Compromissos Plurianuais – Abertura de novos procedimentos contratuais, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

5.b) - **Proposta 66/2012** - Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual relativo aos Compromissos Plurianuais – Reprogramação de projetos existentes, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

5.c) - **Proposta 67/2012** – Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual respeitante ao Concurso Público para a contratação dos serviços de limpeza urbana numa área da cidade de Loulé, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

5.d) - **Proposta 68/2012** – Apreciar e votar a proposta de QREN – RUCI "Algarve Central" – estudo da Mobilidade Interurbana, nos termos da proposta, de acordo com o n.º 1, da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro;

6.a) - **Proposta 69/2012** – Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual, respeitante ao Ajuste Directo (Regime Geral) para a contratação de serviços

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

de manutenção e limpeza de estruturas enterradas com plataforma elevatória no concelho de Loulé, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;

b) - **Proposta 70/2012** – Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual respeitante ao Concurso Público para a contratação de fornecimento e instalação de reguladores de fluxo luminoso nas redes de iluminação pública no concelho de Loulé, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

c) - **Proposta 71/2012** – Apreciar e votar a proposta de aprovação e início do procedimento de concurso público para execução de empreitada de "Arranjo Urbanístico da Praça Afonso III, Rua Paio Peres Correia e Largo das Bicas Velhas /Chafariz" – Nomeação do jurí do procedimento e coordenador de segurança em obra, de acordo com a proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

d) - **Proposta 72/2012** – Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual respeitante à Empreitada de "Construção da Via Distribuidora Norte de Quarteira", de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

7) - **Proposta 73/2012 –** Apreciar e votar a proposta de Instalação de um conjunto comercial denominado "Apolónia Lifestyle Center" – sítio das Pereiras – Almancil, reconhecimento do Interesse Público Municipal, nos termos da proposta, ao abrigo da

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

8) - **Proposta 74/2012** – Apreciar e votar a proposta de Declaração de Utilidade Publica com carácter de urgência para efeitos de expropriação e autorização para a posse administrativa da parcela n.º 3 no âmbito das expropriações da obra "Prolongamento da Avenida Sá Carneiro à Fonte Santa", nos termos da proposta, de acordo com o n.º 2, da alínea f) do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

9) - **Proposta 75/2012** - Apreciar e votar a Proposta de Concurso Público da Empreitada "Ampliação da EB1 de Boliqueime", de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;

10) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Senhora **Presidente em regime de substituição** do respectivo presidente, **Manuela Maria Semedo Tenazinha**, deu início à Sessão Ordinária. ----------
---
Completou-se a Mesa da Assembleia com a indicação da deputada Maria Graciete Baião Botelho Freitas, para a substituição da segunda secretária Helena Baptista, que desempenhou as funções de 1ª secretária em substituição da 1ª secretária, Manuela Tenazinha que desempenhou as funções de Presidente da Mesa.----------
---
A Senhora **Presidente em substituição**, abriu a sessão dizendo que se trata

da última sessão ordinária do corrente ano de 2012 e que na falta do senhor Presidente da Mesa, por impossibilidade do mesmo estar presente, irá presidir a esta Assembleia em sua substituição.----------
Disse ainda estar segura de que todos os senhores deputados irão colaborar consigo para o bom desempenho da tarefa, uma vez que esta não é a sua função habitual.----------
Entrou-se imediatamente no primeiro ponto da ordem de trabalhos, Período de Intervenção do Público----------
---

1- Período de Intervenção do Público;----------

A senhora **Presidente, Manuela Tenazinha**, deu a palavra ao público para produzirem as suas intervenções.----------
---

Interveio o senhor **munícipe João Lopes**, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas EB 2,3 D.Dinis de Quarteira e Francisca e Aragão de Quarteira, dando notícia de um abaixo-assinado que foi entregue a 5 entidades, no que respeita à junção dos 2 agrupamentos de Quarteira numa só escola em Quarteira e às obras de requalificação que faltam nas 2 escolas, D. Dinis e Laura Ayres. Solicitou à Câmara Municipal e aos presentes, que se pronunciem em relação à posição dos presentes relativamente à existência de apenas 1 agrupamento em Quarteira, face aos 2 actualmente existentes, uma vez que um agrupamento em Quarteira iria representar uma agregação de alunos superior a 3200. Saber em que ponto estão as negociações com o Ministério da Educação para a reconstrução da escola EB2,3 D.Dinis em Quarteira, uma vez que é um assunto que está pendente desde 2009. O munícipe referiu também que a escola necessita de obra de requalificação profunda, uma vez que é uma escola carenciada a esse nível.----------
---

Interveio o senhor **munícipe Luis Lima**, da freguesia de Benafim que colocou 2 assuntos, um deles dizendo respeito a um caminho que vai do Esteval dois Mouros para a Estibeira, pertencendo à freguesia de Alte, e que se encontra num estado bastante degradado e outro caminho da Nave dos Cordeiros a Alte-Zimbral, também degradado.----------

Referiu ainda o facto dos fiscais andarem a multar os carros no dia feriado e questionou o executivo se seria uma situação normal.----------
Em relação às freguesias, como Benafim ficou agregado a Tôr e Querença, com a mudança da lei, questionou a Câmara Municipal, se neste momento haverá possibilidade da sede ser definida, e contrariamente à lei 12/2012 o actual projecto lei do governo prevê de facto isso, sendo que a rotatividade entre freguesias não está prevista na lei.----------
Fez votos de boas festas a todos os presentes.----------

Para responder às questões levantadas pelos munícipes, interveio o senhor **Presidente da Câmara**, disse que ia tentar esclarecer dentro daquilo que possa ajudar.----------
No que respeita à intervenção do munícipe João Lopes, esclareceu que não há da parte do Ministério qualquer evolução relativamente às obras que foram anunciadas e pela necessidade que a escola tem que as obras se efectuem, e que há a consciência que o período é complicado para novos investimentos, apesar de existir esse compromisso com a Câmara de Loulé para 2013, não há qualquer sinal que isso vá ou não se concretizar, teremos que aguardar mais algum tempo por essas obras para a Escola D.Dinis, que foi um ponto de honra deste executivo. Vai-se ouvindo as opiniões dos vários sectores da educação, dos professores, da Associação de Pais, dos outros profissionais, da própria Junta de Freguesia, uma vez que há aqui vários intervenientes neste processo que tem várias vertentes.----------
Disse ainda que a Câmara Municipal não está neste momento em condições de poder discutir esse assunto, porque nada nos diz para já que a situações irá ser implementada e só depois das obras feitas e de uma nova escola, provavelmente levará ainda alguns anos, é que serão criadas as condições para se fazer este mega agrupamento.----------
No que respeita à intervenção do senhor munícipe Luis Lima, no que respeita às multas cobradas no feriado, se não consta do regulamento, não é permitido, se o dinheiro foi cobrado indevidamente, esse dinheiro terá que ser devolvido.----------
Relativamente à questão das freguesias e das sedes, a solução proposta da rotatividade, a lei não a contempla. No que respeita à sede, esta será decidida pelos eleitos e será votado entre as 3 freguesias.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

A este propósito interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, para que conste na ata, que fique clara a posição desta bancada sobre a agregação das freguesias, tendo sido um processo mal conduzido desde o início, como o Eng.º Luis Lima classificou aqui.----------
Afirmou o senhor deputado que a bancada do PS teve a disponibilidade desde o início para discutir o assunto sempre que essa discussão resultasse da vota de das populações, ou da pronuncia dos órgãos que os representam ao nível das freguesias e foi por isso que o PS votou contra a proposta que foi apresentada e aprovada por esta Assembleia Municipal. Essa proposta resultava da conjugação de vontades de parte das populações abrangidas e como tal o PS não poderia ter votado a favor.----------
Manifestou a sua compreensão pelos habitantes de Benafim que não tiveram oportunidade de se pronunciar sobre aquilo que lhes foi feito e dentro do que são as nossas possibilidades a bancada do PS está solidária com os munícipes.----------
---
A senhora **Presidente**, sugeriu aos senhores deputados prosseguirem as suas intervenções no PAOD. E neste momento passava-se à discussão das Atas.----------
---
Pediu a palavra o senhor **deputado Carlos Carmo (PS)**, para reforçar o que tinha sido dito pelo Presidente da Associação de Pais, senhor João Lopes, e referenciar que no dia de ontem, na Assembleia de Freguesia de Quarteira, esta questão tinha sido discutida e este abaixo-assinado foi transformado em Moção que foi aprovada. O PS está completamente solidário com o conteúdo referido no abaixo-assinado.----------
---
Pediu a palavra o senhor **deputado Carlos Costa (PS)**, para referir que tem a convicção profunda que o Presidente da República irá concerteza vetar esta lei.----------
---
Foram colocadas as atas à votação n.º 5/12 da Sessão Ordinária de 21 de Setembro, a Ata n.º 6/12 da Sessão Extraordinária de 03 de Outubro e a Ata n.º 7/12 da Sessão Extraordinária de 12 de Outubro.----------
---
A **Ata n.º 5/12** foi **aprovada por maioria com 1 abstenção**.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, relativamente a esta Ata, disse que compreende o facto pelo qual a mesa teve dificuldade em elaborá-la, existindo uma dificuldade que resultou da não inclusão das declarações de voto quando foram apresentadas, e o que originou isso foi o facto desta ter sido a Assembleia onde não houve o apoio técnico para a gravação da sessão.
A ata da forma como ela está, para a podermos votar favoravelmente, deve mencionar que foram apresentadas declarações de voto, sendo que não é possível transcrevê-las e se ficar esta correcção feita na ata, o PS votará favoravelmente esta Ata.----------
---

Respondeu a senhora **Presidente,** que não esteve presente na reunião em questão e a ata foi feita com a colaboração das senhoras secretárias, e foi feito da melhor maneira possível. Disse ainda que não via qualquer objecção às alterações de aditamento da Ata.----------
---

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, disse que ia fazer chegar à mesa uma declaração de voto a este propósito.----------
---

A **Ata n.º 6/12** foi **aprovada por unanimidade**.----------
---

A **Ata n.º 7/12** foi **aprovada por maioria com 1 abstenção**.----------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, fez uma declaração de voto.-------

Declaração de Voto
Ata da sessão n.º 5/12 de 21/09/12

"Manifestamos o nosso protesto, pelo facto dos trabalhos da referida sessão não terem sido gravados.
Agravado ainda, que só mais tarde foram esclarecidos os líderes das bancadas foram informados da situação.
Lamentamos o sucedido, já que é imperativo o relato integral dos acontecimentos, esperando por parte do executivo municipal não foram tomadas medidas adequadas para garantir o normal funcionamento dos trabalhos da Assembleia Municipal."

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins.

A senhora **1ª secretária em exercício, Maria Helena Baptista**, procedeu de imediato à leitura do expediente:----------

- Deliberação da CML sobre a tomada de posição do Vale do Freixo,----------
- Da Assembleia Municipal da Maia uma pergunta dirigida à Assembleia Municipal de Loulé sobre o regime do pagamento das senhas de presença dos deputados municipais,----------
- Da Assembleia de Freguesia de Quarteira uma proposta de resolução conjunta das bancadas do PSD e do PS relativamente à extinção da Fundação António Aleixo,----------
- Da Assembleia de Freguesia de Benafim, solicitação de cópia da reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 12 de Outubro,----------
- Da Assembleia Municipal de Tavira, uma deliberação que recaiu sobre reorganização administrativa territorial autárquica,----------
- Da Câmara Municipal, Plano de Urbanização Caliços/Esteval,----------
- Requerimento de um membro da Assembleia relativamente ao pagamento de deslocações,----------
- Cartões de Boas Festas,----------
- Da Assembleia da República um requerimento sobre o pagamento das senhas de presença aos deputados municipais, apresentado pelo senhor deputado Altino Bessa,----------
- Da Assembleia da República, do Grupo Os Verdes um pedido de informação sobre a recusa de refeição escolar a menina de Quarteira.----------
- Da Câmara Municipal, Plano de Urbanização do Vale do Freixo deliberação de Câmara,----------
- Alteração da Plano de Pormenor de Vale do Lobo III,----------
- Da Câmara Municipal, implementação do Conselho Municipal de Juventude de Loulé,----------
- Da Assembleia Municipal de Lagos uma proposta de recomendação para alterar a legislação sobre a reforma administrativa,----------
- Da Associação de Pais da Escola EB D.Dinis e EB1 D.Francisca de Aragão um abaixo-assinado.----------

Seguidamente entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia.----------
---
2- Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Usou da palavra o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, que sugeriu relativamente ao expediente uma proposta muito simples, que seja semanalmente feito um registo de entrada com a menção do remetente e do assunto e que o registo seja remetido às bancadas, facilitando este trabalho.----------
Referiu ainda que no dia 15 de Outubro tinha solicitado aos serviços da Assembleia Municipal, documentação sobre o PAEL e reorganização administrativa do concelho, onde requereu através do senhor Presidente da Mesa cópia das comunicações e respectivos anexos enviados pelo município às demais entidades oficiais que co-financiam a formalização da candidatura ao PAEL e a comunicação da pronuncia da Assembleia Municipal sobre a Reforma Administrativa, dizendo que recebeu parte da resposta que diz respeito à reforma administrativa.----------
Esta Assembleia votou um PAEL com uma proposta de alteração e até hoje ainda não recebemos nenhum feedback disso e perguntar se do dia 15 de Outubro até agora, teria havido algum extravio de correspondência.---------
---
A senhora **Presidente**, disse que isso é um assunto que terá que ser esclarecido. A mesa irá tentar e situar esse assunto, o que é que se passou e se for necessário ir-se-á reenviar ao executivo e depois de acordo com a resposta.----------
---
Interveio o senhor **deputado Mário Baião (PSD)**, propôs que os deputados desta Assembleia Municipal ficassem sem direito à senha de presença durante algum tempo, como medida exemplificativa de contenção de custos neste município e talvez se propagasse a nível nacional, dando um exemplo de contenção, de poupança que se pode fazer no município.----------
---
Interveio o senhor **deputado Carlos Carmo (PS)**, questionando sobre a unidade de saúde de Quarteira, que encerrou um dos serviços que tinha ao serviço da população, nomeadamente o serviço nocturno complementar de consultas que o Centro de Saúde tinha para a população que funcionava das

20 às 24 h e que esteve em funcionamento até ao dia 1 de Novembro. Está-se perante uma medida anti-social que retira das populações um serviço básico que é a saúde.----------
Referiu ainda que o PS está profundamente indignado com a posição irredutível da ARS e queria saber o que é que o executivo tinha feito relativamente a esta matéria.----------
Abordou a questão da obra da estrada da Fonte Santa para Quarteira, para quando a solução das 2 parcelas que ainda faltam para que a obra.----------
---
Usou da palavra o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para transmitir a todos os presentes um bom Natal e um próspero Ano Novo.-----
Lembrou ao senhor deputado Hugo Nunes, que a redução das autarquias consta do memorando de entendimento da Troika e que não parece correcto que o PS estando incluindo no memorando de entendimento a redução das autarquias depois se coloque fora do processo, tanto a nível nacional como local.----------
Referiu que a proposta do deputado para renunciar às senhas de presença parece ser adequado aos tempos que correm, e se os deputados concordarem, poder-se-ia canalizar as senhas de presença para uma instituição que posteriormente fizesse a sua distribuição pelo conjunto das populações carenciadas e sugeriu o Rotary Clube que é um órgão que apoia instituições de solidariedade, sendo que é uma instituição que poderá depois distribuir as verbas arrecadadas por outras instituições.----------
---
Seguidamente interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que a agregação de freguesias é um processo que seguramente irá acabar mal para alguns certamente, acabou mal para as populações envolvidas, porque o critério de agregação definia que a freguesia tivesse mais condições era aquela em que as outras seriam agregadas e agora sai uma nova versão que diz que cabe à Assembleia de Freguesia futura, decidir sobre a sede.----------
Em relação ao funcionamento da Assembleia Municipal, sugeriu que nomeadamente o expediente ser atempadamente enviado, exemplificando com os Planos de Pormenor que deveriam ter sido enviados com mais tempo.-
Relativamente ao dinheiro das senhas de presença, este deveria ser remetido para entidades de reconhecido interesse público que trabalham no

concelho de Loulé, como a Existir, Fundação António Aleixo, Asmal, Rotary, um conjunto de instituições que merecem o nosso apoio, e cada deputado cabe a forma de decidir a forma mais correcta de atribuir o dinheiro.-------
---

Interveio o senhor **deputado Luis Mealha (PS)**, questionou o executivo municipal sobre a obra da EN 125-4 entre a Goncinha e os Valados, se a Câmara até ao final deste ano já estará na posse de todas as parcelas para poder executar a obra na sua totalidade.----------
---

Usou da palavra o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, e referindo-se concretamente ao senhor deputado Gilberto de Sousa, disse que este tinha mentido na Assembleia Municipal de Fevereiro quando disse que aquela Proposta-de-Lei iria para discussão pública e exemplificou com a câmara da Amadora e da Covilhã que resolveram os seus assuntos.----------
---

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, referindo-se igualmente ao senhor deputado Gilberto de Sousa, mencionou que em Fevereiro o projecto-Lei não passava de um mero papel e que não seria aprovado e que não era digna de ser discutida aqui e o PS na altura convidou todos os deputados a fazerem uma discussão organizada sobre o assunto.----------
No que respeita ao dinheiro das senhas de presença, os senhores deputados do PS já doam o dinheiro ao Partido Socialista.----------
---

Interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que começou por dizer que o que tinha dito em Fevereiro, é que os restantes deputados queriam discutir uma Proposta de Lei que ainda não estava aprovada e estando sujeita ainda a alterações e devolve integralmente o nome de "mentiroso", pediu que retirasse o que disse porque esta Assembleia merece respeito.----------
---

Seguidamente interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil)**, abordando a questão da agregação das freguesias, mencionando que não se sabe bem se são agregações ou desagregações, porque na realidade as populações vêem-se com bastantes dificuldades perante esta reforma administrativa que teve o seu epílogo na Assembleia da República.----------

Evocou o memorando da Troika onde refere que se deveria reduzir o número de freguesias.----------
Com a aprovação da delimitação territorial na Assembleia da República, lamentou que 2 famílias políticas deram as mãos para votarem a favor dessas questões.----------
Exemplificou com a Escola EB1 de S.João da Venda onde já se começa a ter problemas com esta matéria, que é se vão ficar sob a alçada de Faro ou de Loulé e depois é em que moldes vão ingressar as crianças nas escolas de acordo com a sua residência e deste modo os pais estão revoltados.----------
---

Usou da palavra o senhor **deputado Mário Botelho (PSD)**, disse não ter conhecimento de nenhum diploma legal que iniba a questão do dinheiro das senhas de presença ser doado a instituições.----------
---

Interveio o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, abordando a questão que até meio do ano 50% da repartição de finanças vão ser encerradas e a de Quarteira está em perigo.----------
---

Usou da palavra o senhor **deputado António Farrajota (CDS/PP)**, que teceu algumas considerações, nomeadamente no que respeita à junção de freguesias exemplificou com o caso de Ponte de Lima onde 37 freguesias foram assimiladas e não foram ouvidas criticas negativas de uma forma desajustada e indelicada pelo facto de se terem agregado estas freguesias. O que está em jogo não é nada tão transcendente que não se possa ultrapassar.----------
Em relação aos donativos cada um deverá contribuir com aquilo que melhor entender e que o donativo seja feito em nome da Assembleia Municipal e não em nome dos deputados.----------
Referiu ainda a questão das escolas de Quarteira em questão, se oporem à junção, deve haver motivos que não foram aqui explicados e os deputados deveriam saber o porquê.----------
---

Interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para responder muito rapidamente ao senhor deputado João Martins, dizendo que ele não o tinha ouvido defender a lei que impôs a junção de freguesias, mas somos pessoas responsáveis e a medida tomada foi a que consideramos a melhor

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

atitude para defender o concelho de Loulé, em face das consequências da não aprovação da junção de freguesias.----------
---
Para responder às questões solicitada, interveio o senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que as posições sobre as freguesias estão devidamente esclarecidas e o assunto foi discutido e não parece que seja uma situação que justifique uma resposta do executivo relativamente a essa matéria.-----
Respondendo concretamente ao senhor deputado Carlos Martins, no que concerne ao Plano de Urbanização Caliços/Esteval, terminou o prazo na sexta-feira passada, o Bloco de Esquerda tinha feito uma contestação e irá ser respondida por escrito e tudo aquilo que foi proposto pelo Bloco de Esquerda, e igualmente o PS que também fez uma proposta que irá ser respondida.----------
Fez uma explicação relativamente à questão da rede viária do concelho, os vários responsáveis autárquicos em Faro, porque as expropriações que faltam são da responsabilidade da Câmara de Faro, estão em fase de se iniciar o processo de expropriação, por vontade da Câmara Municipal a obra já estaria concluída há muito tempo.----------
Em relação à intervenção do senhor deputado Carlos Carmo, sugeriu que a Assembleia Municipal aprove uma Moção a contestar que não estamos de acordo com esse encerramento.----------
No que respeita à estrada da Fonta Santa apenas uma parcela falta expropriar e infelizmente não há entendimento entre o proprietário e a Câmara Municipal. Lamentou a posição do PS que votou contra o início do processo de expropriação desta parcela do Hotel Zodíaco em Quarteira com o argumento de que o que a Câmara estava a aprovar, não era o valor real da parcela a expropriar. A avaliação foi feita por um perito externo, sendo que o proprietário exige mais pelo terreno do que o perito propõe e o que a Câmara fez foi dar início a um processo de expropriação que vai ser decidido em tribunal com a participação de outro perito nomeado pelo tribunal que irá decidir e a Câmara pagará o que for decidido.----------
A Câmara está a trabalhar na defesa do interesse público e manifestou a sua incompreensão para esta situação, que o PS votou contra o início do processo de uma expropriação.----------
Esclareceu o senhor deputado João Martins, de que a escola de S.João da Venda está e continuará a estar no concelho de Loulé. No que respeita aos

alunos de S.João da Venda, pode acontecer que alguns destes alunos tenham residência no concelho de Faro com a nova divisão, tendo os encarregados de educação que decidir se os seus educandos continuarão a frequentar a escola situada no concelho de Loulé ou não e a autarquia mantém os transportes escolares.----------
---

Para alguns esclarecimentos adicionais, usou da palavra o senhor **Vice-presidente, José Graça**, que começou por esclarecer que em relação à 125 em Almancil, está a decorrer um procedimento já para completar a parte de iluminação pública, não tendo sido encerrado pela nova lei dos compromissos, que enquanto a Câmara tiver fundos negativos não pode assumir novas responsabilidades, o que deixará de acontecer em Fevereiro, e seguramente será adjudicada essa empreitada.----------
Em relação à iluminação pública do cemitério na zona poente irá analisar o ponto da situação.----------
---

Foi questionado ao executivo pelo senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, se a posição do PS na Câmara quando votou a matéria da expropriação da parcela de terreno na Fonte Santa, é porque estava contra o valor proposto, por ser muito alto ou por ser muito baixo.----------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, interveio e disse que estas questões estão esclarecidas num ponto da Ordem de Trabalhos e como tal nesse ponto todas as dúvidas sobre o processo serão esclarecidas.----------
---

Para esclarecer esta questão suscitada, usou da palavra o senhor **vereador da oposição, Luis Oliveira**, que disse que o sentido de voto foi por uma questão do método em causa, não tendo em linha de conta a questão da desvalorização, porque o interesse dos vereadores do PS é no mesmo sentido do executivo, foi apenas em relação a um procedimento tendo em linha de conta um parecer jurídico, apenas e só foi esta a posição tomada pelos vereadores do PS.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, disse que tinha dado a oportunidade ao senhor vereador de falar, para saber das razões que levaram aquela posição de voto.----------
---

Usou da palavra o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, para fazer um Ponto de Ordem à mesa, no sentido de que a pergunta que queria colocar sobre a intervenção do senhor Presidente da Câmara, sendo esse o esclarecimento que queria fazer.----------
---

O senhor **deputado Carlos Carmo (PS)**, interveio para dizer que se encontrava a redigir uma Moção para ser apresentada nesta Assembleia, sobre o encerramento do serviço de consultas do centro de Saúde de Quarteira.----------
---

A senhora **Presidente em funções,** esclareceu que a ordem de trabalhos da convocatória teve em conta um alinhamento consensualmente em sede da Conferência dos Representantes, dos assuntos de acordo com a sua interligação e foi entendido ser sensato fazer este alinhamento de alíneas., daí que o ponto n.º 1 tenha sido atribuído um tempo de 65 minutos para a discussão e votação deste 1º ponto.----------
---

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, pediu que se concretizasse esta proposta dos 65 minutos para que cada bancada possa perceber qual é o tempo que tem, para que cada bancada diga o que tem que ser dito sobre este documento atendendo à importância dele.----------
---

Esclareceu a **senhora Presidente**, que o tempo dos 65 minutos tem que ser proporcional às bancadas, e tendo em conta que há 2 bancadas que apenas têm 1 elemento.----------
---

Foi esclarecido pela senhora **1ª secretária em exercício, Maria Helena Baptista**, que o Período da Ordem do Dia tem 120 minutos, o que significa que para o ponto do Orçamento e das Grandes Opções do Plano é metade sensivelmente, o PSD terá 37 minutos, o PS 29 minutos, o CDS/PP 16 minutos e o BE igualmente 16 minutos e a Câmara terá 15 minutos. Deste modo fica já uma orientação relativamente ao tempo.----------

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que segundo o Regimento, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano fossem englobados de preferência numa única sessão e aí havia 120 minutos para tratar de um tema de relevante importância para o município e aritmeticamente com uma ordem de trabalhos com 19 pontos, faltará tempo para intervir em determinados pontos.----------
---
Explicou a senhora **Presidente,** que este assunto foi debatido na Conferência de Representantes e não parece correcto do ponto de vista pessoal, reequacionar novamente aquilo que foi entendido nessa Conferência de Representantes e foi decidido por unanimidade que assim seria.----------
---

3- Período da Ordem do Dia:----------
---
1)- Proposta 57/2012- Apreciar e votar o projecto-proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2013, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e alínea c) do n.º 2, do artigo 64.º com a redacção dada pela Lei n.º 5-A//2002, de 11 de Janeiro;----------
---

Usou da palavra o senhor **Vice-presidente da CML, José Graça**, fez a apresentação da proposta do Orçamento, referindo que tem um valor quer na receita, quer na despesa de 124 milhões, 965 mil euros, 388, o que representa uma redução de 16,33% comparativamente com o orçamento do ano passado, tendo dentro deste valor toda a verba prevista de receber através do PAEL, que são 15 milhões, 25 mil 808 e 15 cêntimos.----------
Estão enumeradas as fontes de receitas possíveis e desde logo também as transferências de capital. Nas Grandes Opções do Plano estão listadas as principais obras com valores superiores a 350 mil euros e referir que 4 dessas obras estão aqui incluídas para início no próximo ano de 2013, outras têm continuidade de anos anteriores, que é a ampliação da Escola de Boliqueime, ampliação da Escola de Salir, requalificação da zona costeira Quarteira, Vilamoura e a aquisição de equipamentos de eficiência

energética, as outras obras são de uma maneira geral repetitivas de outros planos de actividades.----------
Em termos das Grandes Opções do Plano, as 3 rubricas mais dotadas em termos de valores financeiros são aquelas habituais de alguns anos a esta parte; águas e esgotos 28,3%, rede viária 18,6%, educação 10,1%.----------
Este Orçamento é de muito maior rigor do que os que antecederam a este, o valor deste ano são 8,8 milhões contra 4,9 milhões do ano passado.----------
---
Interveio o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, começou por referir que este orçamento inclui as dívidas dos anos anteriores, basta olhar para o mapa de receitas que tem uma coluna de valores a receber no início do período e há o mapa de despesas com as verbas significativamente grandes não tem referida essa coluna e tem que se ir verificar no mapa contra orçamental do ano anterior, disse que entre a realidade e a ficção tudo é possível.----------
Em relação ao PAEL, era presumível que as rubricas que constam do PAEL, nomeadamente a definição das rubricas que seriam sujeitas a reduções para o equilíbrio financeiro da Câmara, fossem cumpridas.----------
Verifica-se que transferências correntes sem fins lucrativos, desporto, PAEL 20%, a realidade 70% de redução.----------
Na cultura 20% de redução, ambiente 20% de redução, 42% na realidade, outros 20% no PAEL, 69% neste orçamento.----------
Pediu esclarecimentos no que respeita às despesas que transitam de um ano para o outro.----------
Em relação ao plano plurianual de investimentos, existem uma série de rubricas que estavam orçamentadas em 2012 que sofreram significativas reduções para 2013 e 2014, como seja a rede de esgotos no Monte Seco. O orçamento de 2012 previa 500 000 00 € para 2013, 700 000 00€ para 2014 e se passarmos à rede de águas, previa 500 000 00€ para 2013, 700 000 00 € para 2014 e se alguém quiser ver os números que estão presentes, na previsão orçamental para 2013, deve ser um engano estarem lá 20 000 00€, 25 000 00€ no lugar de 1 milhão e 200 mil euros.----------
---
Pediu a palavra o senhor **deputado Carlos Carmo (PS)**, questionou sobre obras que fazem parte dos planos plurianuais de investimento deste

orçamento, começando por referir o plano de pormenor do Centro Cultural de Quarteira.----------
Questionou qual o destino a dar à verba orçamentada para 2013 de 117 mil euros e para 2014 a quantia de 125 mil euros.----------
Reestruturação da rua 25 de Abril em Quarteira, este ano e há 2 anos atrás as inundações que houveram na cidade de Quarteira, houve um projecto para reestruturar a rua 25 de Abril, está orçamentada uma verba de 81 mil euros para 2013, essa quantia será para o quê?----------
Relativamente à avenida distribuidora Norte do plano norte-nordeste de Quarteira, questionou se a Câmara com a perequação já tem todos os terrenos necessários para iniciar essa obra.----------
Referiu ainda a obra do Quartel dos Bombeiros de Quarteira.----------
---
Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, que fez a leitura de um documento;

Documento

"Em termos figurativos o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2013, poderão ser comparadas como aquele "caloteiro e mau pagador" que mandou fazer avenidas e escolas, jardins, contratou serviços, vendeu serviços mas não pagou aos fornecedores e por imposição de uma decisão judicial, teve que sujeitar a sua vida ao que produz, a contrair empréstimos para pagar as respectivas dívidas e a se hipotecar para o resto da sua vida e seus filhos.
Este é o retrato real da situação financeira do nosso município e a herança que o PSD deixa a todos os louletanos, após 3 anos de mandatos consecutivos como executivo municipal.
Nos últimos 4 anos a realidade do país e do concelho mudou, o desemprego triplicou, o número de pessoas com dificuldades económicas aumentou drasticamente, a incerteza no futuro próximo é enorme, agravando drasticamente a qualidade de vida das pessoas. Localmente segue-se a mesma linha de actuação, parece até que se ignora que não há margem para esbanjamento de recursos, para realizar obras sem escrutínio e a avaliação da comunidade que as vai utilizar, sem ponderar se não haveriam outros investimentos mais prioritários face às necessidades das pessoas.
O Bloco de Esquerda acorda reunião prévia com o executivo, sugerindo contributos para o executivo que estamos agora a discutir e defendeu

prioridade de investimentos nas respostas sociais, prioridade de investimentos com uma forte incorporação de obra, manutenções e recuperações de equipamentos, edifícios e infraestruturas de forma a criar emprego.
Defendemos uma clara aposta na contratação e aquisição de bens e serviços, junto dos agentes económicos locais, embora reconhecemos que este orçamento é muito mais realista, uma vez que está previsto 125 milhões de euros, menos empolado já que em 2012, previa na ordem dos 150 milhões, não deixa de continuar o PSD um bocado alheio ao drama que vive a população.
No que diz respeito às Grandes Opções do Plano, quando analisamos, interrogamos – construção da via distribuidora norte de Quarteira, o arranjo urbanístico da praça Afonso III, Largo do Chafariz/Bicas Velhas, concluímos que o executivo PSD não está no nosso tempo, será que se questionaram sobre a pertinência no momento da construção da via distribuidora norte de Quarteira, na expectativa de mais construção, quando temos cada vez mais casas sem gente e em simultâneo mais gente sem possibilidade de ter uma casa, ou de pagar a casa.
Será que se questionaram e ouviram, não aquelas caixas de ressonância normais, mas a população e os agentes económicos sobre a natureza da intervenção que se propõem fazer nas Bicas Velhas e sua envolvente, a sua funcionalidade futura, será que se questionaram sobre a possibilidade de com o mesmo dinheiro ter uma intervenção que permitisse a revitalização de muitos mais arruamentos no centro histórico, criando condições para a mobilidade e incentivando a reutilização dos edifícios, para fins habitacionais ou outros.
Será que nunca se interrogaram sobre a possibilidade de recuperar e requalificar com menos investimento, com preocupação pelos materiais utilizados locais ou no mínimo nacionais, pelos custos e manutenções futuras.
Será que já avaliaram as intervenções na Cerca do Convento, no Largo de S.Francisco, na Praça da República em Querença ou em Alte, avaliaram o que lá gastaram e os benefícios e prejuízos de tais intervenções. Ponderaram como poderiam ter gasto muito menos dinheiro e garantindo uma utilização posterior, mais útil e mais benéfica para a comunidade. O bom senso impõe que se suspenda as decisões hoje aqui propostas, se generalize o debate público sobre as mesmas com a população e os agentes económicos e sociais

e dentro de 3 ou 4 meses teremos concerteza decisões ponderadas pelo bom senso.
O dinheiro investido nestas obras sai de grande parte do bolso do contribuinte louletano sobrecarregado com mais impostos.
Lembremos que o executivo é responsável pela sua criteriosa aplicação e nós como oposição criticamos fundamentalmente este esbanjamento em investimentos que não são fundamentais".----------
---

Interveio o senhor **deputado João da Conceição (PSD)**, referiu que é imenso o trabalho feito em prol da melhor qualidade de vida, do prestígio do município. Disse que os orçamentos deveriam ter mais realismo e que reflectissem rigorosamente, com o montante disponível para gastar e as obras a executar.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, fazendo alusão à intervenção do senhor deputado João da Conceição, como tinha dito na intervenção, este é o último exercício previsional deste executivo e o senhor deputado vem aqui falar de princípios muito interessantes, só que vem uma década atrasado. Referiu que hoje no Algarve há vários municípios que têm um orçamento participativo, e hoje é um bocado "sopas depois do almoço".----------
---

Usou da palavra o senhor **deputado José João Guerreiro (PSD)**, dizendo que a sua intervenção ia no sentido de tranquilizar o senhor deputado Carlos Martins (BE) no que respeita às obras que eventualmente o preocupam, como a obra da Via distribuidora norte, pode ficar tranquilo que ela não se vai fazer e as obras de recuperação do centro histórico, porque normalmente as obras para Quarteira são calendarizadas, passam os anos e não se fazem. As de Loulé quando são agendadas começam logo a fazer-se e fazem-se.----------
---

Interveio o senhor **deputado António Farrajota (CDS/PP)**, referindo que é com um satisfação que vê este orçamento aproximando-se de um orçamento de verdade, houve uma mudança de rumo na maneira como se fazem os orçamentos.----------

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, esclarecendo o senhor deputado José João Guerreiro, que se deve queixar à Câmara, porque é que as obras não são feitas em Quarteira, não sendo o BE que tem essa possibilidade de dar essa resposta.----------
Seria bom o senhor deputado ler as Grandes Opções do Plano para 2013, para ver o número de obras importantes que estão em Quarteira.----------
Questionou o executivo sobre uma rubrica agendada no orçamento que tem a ver com uma obra prevista no valor de 450 mil euros para participação do município em empresa de interesse municipal, quais são estas empresas e com que objectivo é que este dinheiro vai ser atribuído.----------
Referindo-se à pagina 3 do orçamento, verifica-se que existe aqui encargos de cobrança de receitas de 2,5 milhões de euros e mais abaixo 1,7 milhões de euros em "outros juros", qual o fim para estas verbas.----------
Questionou como é possível haver verbas em dívida desde 2011 e 2012 em todos estes capítulos.----------
As verbas do apoio social foram reforçadas, embora pudessem ser um pouco mais.----------
Neste momento com a situação económica do país, deveria-se ponderar bem a execução de certas obras.----------
Questionou sobre a rubrica de fornecimento de refeições às escolas 2011 – 543 mil euros, se as dívidas são de 2011.----------
Questionou o executivo se se referem a dívidas que não foram pagas naquela altura e agora vai ser feito o seu pagamento.----------
---
Para responder às questões colocadas pelos senhores deputados, usou da palavra o senhor **Vice-presidente, José Graça**, que começou por responder ao senhor deputado Fernando Santos, que as entidades que avaliam os documentos da Câmara sempre deram razão aos documentos da Câmara.-----
Em relação ao deputado Carlos Carmo, a questão do Plano de Pormenor de Quarteira, existe uma negociação com o Arq.º Souto Moura e as verbas que estão no plano são as verbas necessárias para concluir o projecto, depois de resolvidas as questões do Plano de Pormenor.----------
A Câmara vai adquirir os terrenos para a Via distribuidora norte dentro do plano de Quarteira norte/nordeste, é seguramente uma obra para fazer, há um projecto, há um custo para as expropriações e este executivo até Outubro próximo iniciará um segundo passo, que é a obtenção dos terrenos.-

Disse ainda que este executivo deixará a sua marca de desenvolvimento no concelho num período de 11 anos que esteve à frente da autarquia com muito orgulho.----------
Referiu-se ainda à intervenção em 22 escolas do parque escolar e do pré-escolar no concelho de Loulé, que têm neste momento uma cobertura plena, creches e lares da 3ª Idade e tudo isto foi possível porque a Câmara de Loulé ao contrário de outras, garantiu a todas as instituições que dava um apoio à segurança social.----------
Em 11 anos duplicou-se o número de consumidores de água estando faltando 20% para estarem as necessidades satisfeitas.----------
O concelho de Loulé tem a maior rede viária que alguma vez teve, foram recuperados os edifícios mais emblemáticos como o Mercado Municipal, o Cine-teatro, Casa dos Pescadores em Quarteira, o Arquivo Municipal e de tantos outros edifícios que foram recuperados.----------
Em termos de reabilitação urbana, hoje existe em vários sítios.----------
Sobre as candidaturas e projectos da Câmara Municipal de Loulé foram investidos 8 milhões. Esta é a realidade e não a ficção.----------
Em termos de empréstimos foram contratados alguns, pois a taxa de juro que a banca praticou este ano é inferior a 1% o que é uma boa gestão.--------
Em termos do PAEL foi-se buscar 15 milhões de euros e pagando-se 600 mil euros de juros, para ter 15 milhões disponíveis durante 5 anos.----------
À data de hoje a CML já reduziu a dívida em 12,5 milhões comparativamente a 31 de Dezembro do ano passado.----------
Disse ainda que a rubrica aberta é para o concurso das refeições nas escolas este ano, pois não há dívida de 1 euro sequer a alguma escola em termos de refeições.----------
Em termos de cobrança de encargos de receitas, essa rubrica cresceu muito, porque pagamos 5% do nosso IMI só para a avaliação.----------
---
Para completar a intervenção do senhor Vice-presidente, interveio o senhor **Presidente da Câmara**, mencionou que sabe que incomoda muito a alguns dos senhores deputados, o tipo de gestão que tem sido feita, com credibilidade e seriedade que tem sido feita no concelho de Loulé e os resultados obtidos. Mencionou que a oposição não reconhece as coisas boas que foram feitas e que no final fica triste depois de todo o esforço que este executivo tem feito para ter uma intervenção equilibrada, no litoral, no interior, na cidade

de Loulé e não há nenhuma área do concelho que não tenha sido intervencionada, e as decisões tomadas pelo executivo são sempre tomadas numa perspectiva de equilíbrio.----------
Mencionou ainda que a atitude do senhor deputado Carlos Martins do BE, a sua atitude é sempre de"deitar abaixo", não há nenhuma situação que este executivo tenha feito, onde tem sempre aspectos negativos para referenciar, a interpretação que faz dos factos está desfasada da realidade.----------
---

Interveio o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, dizendo que é das maiores injustiças estar aqui a massacrar a actuação deste executivo.-------
---

Interveio o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, e pediu explicações sobre a rubrica 0408.----------
Sobre realidade e ficção, não explicou porque é que no plano do PAEL tem umas medidas quantificadas e o que está no orçamento é o quadruplo do que está no PAEL.----------
Disse ainda ter registado o discurso de saída do senhor Presidente da Câmara, que na sua opinião foi brilhante.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Vice-presidente, José Graça**, para esclarecer que a rubrica 0408 se refere ao regulamento da acção social que foi dotado com maior verba porque para o ano se irá pagar mais.----------
Esclareceu o senhor deputado Carlos Martins, que os 405 mil euros são para uma dotação inscrita para apoiar as empresas municipais a LC Global e as Infras.----------
---

Interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil)**, para dizer que aquilo que foi aqui dito, de uma forma esquematizada sobre aquilo que foram obras realizadas durante 11 anos, conforme o senhor Vice-presidente acabou de dizer. Houve um grande crescimento económico do concelho.----------
---

Pediu a palavra o senhor **deputado José João Guerreiro (PSD)**, para esclarecer o senhor deputado Carlos Martins, uma vez que se mostrou muito preocupado com as obras que eram enumeradas para Quarteira e fez crer

que mais valia não fazer essas obras para fazer a requalificação do centro histórico, e referi que ele ficasse tranquilo quer a obra da Via Distribuidora Norte de Quarteira, não ia ser feita no próximo mandato e que as obras de requalificação no centro histórico concerteza que o serão.----------
---

A proposta foi colocada à votação e foi **aprovada por maioria,** com 23 votos a favor, sendo 22 do PSD e 1 do CDS/PP, 11 votos contra, sendo 10 do PS e 1 do BE e 3 abstenções do PS.----------
---

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, fez uma declaração de voto.----------

Declaração de Voto

" A Assembleia Municipal apreciou e votou a ultima proposta de orçamento deste ciclo político, ciclo político este em que a Câmara Municipal de Loulé teve receitas superiores aos mil milhões de euros já e vai encerrá-lo com mais de mil e cem milhões de euros de receitas.

O seu primeiro responsável caracterizou este documento e todo o ciclo numa das intervenções que fez na apresentação. Este é um orçamento de muito maior rigor dos que o antecederam e a seguir, há uma rubrica que todos sabem, que vem sempre empolada e que este ano só está empolada em 8 milhões de euros, estas duas declarações espelham bem o que foram os documentos que já cá vieram e o que este documento é, uma obra obviamente de ficção científica. Um documento cujos dados não correspondem a um estudo que a Câmara Municipal apresentou a esta Assembleia há pouco mais que um mês, os valores não batem certo e este orçamento infelizmente marca o primeiro ano de um período que fica condenado em cinco anos, ter que suportar o desperdício que foi a gestão destes 11 anos, em particular nos anos autárquicos.

Durante os próximos cinco anos e este é o primeiro, os munícipes deste concelho, vão no IMI, na Derrama, nas taxas, nas tarifas, vão ter que pagar, vão ter cinco anos de grande sacrifício, de grande aperto a somarem ao aperto que já têm.

Por estas razões era impossível que esta bancada votasse a favor deste orçamento. Obviamente por isso votamos contra, porque ele apesar do seu primeiro responsável é de muito maior rigor dos que lhe antecedem, mas ainda fica muito longe daquilo que podia ser numa altura como esta.

Este documento devia ter aqui e não tem uma análise aquilo que é o PAEL e a sua aplicação neste orçamento, não tem. Este documento devia ter e não tem um ponto de situação sobre o pagamento das dívidas aos fornecedores da Câmara Municipal de Loulé que foi aqui apresentado em valores superiores a 20 milhões de euros, não tem qualquer referência a isso.
Este documento devia ter e não tem aqui, a apresentação de uma estratégia clara e bem definida para o ultimo ano de gestão deste ciclo.
Era concerteza impossível a esta bancada, por mais boa vontade que tivesse e tem, votar a favor."----------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, fez uma declaração de voto.-------

Declaração de Voto

"O Orçamento e as GOP para 2013 apresentados são importantes instrumentos de gestão municipal mas não traduzem qualquer alteração ao modelo de desenvolvimento sustentável que se deseja para o concelho de Loulé. Esta politica errada, seguida pelo PSD conduziu ao endividamento enorme da autarquia, hipotecando seriamente o futuro das novas gerações.

Em poucas palavras diríamos que se trata de um orçamento forçado pela lei dos compromissos e pelo PAEL, no sentido de obrigar o município ao pagamento das dívidas em atraso, se assim não fosse continuaria o roca-bofe de mandar fazer obras ou serviços sem ter condições para garantir o pagamento dessas despesas dentro dos prazos razoáveis.

Numa altura de agravamento generalizado da crise económica em todos os sectores da actividade, e em particular, aos que contribuem no Concelho para as receitas principais da Câmara, em que todos os cenários apontam para o crescimento do desemprego, da precariedade laboral, do aumento do custo de vida e da exclusão de largos sectores da população portuguesa, continuam a apostar em investimentos irrealistas e inoportunos, no aumento da carga fiscal, taxas e tarifas, assim como, na manutenção de empresas municipais sem qualquer sustentação ou viabilidade económica;

Apesar de dar indícios de preocupação face aos problemas sociais, não realizam uma aposta séria e eficaz na resposta às questões sociais,

designadamente reforçando o apoio a crianças e idosos, nas suas várias valências oferecidas pelas IPSS, reforçando para 2013 o Fundo Social de um valor substancial que responda aos problemas da pobreza, da desagregação económica familiar, da exclusão e da desintegração social;

Neste Orçamento e nas GOP continuam a ignorar e a não apresentar qualquer programa ou medida de resposta ao problema de habitação degradada, designadamente a recuperação e requalificação dos fogos urbanos nos centros históricos da cidade ou nas freguesias;

Mais uma vez denotam uma ausência de sensibilidade para com programas de desenvolvimento de desenvolvimento de iniciativas concernentes ao decréscimo do desemprego, reforçando assim o papel das empresas do concelho na reconstrução habitacional urbana e na criação de emprego local;

Somente agora, dão passos tímidos em programas relacionadas com a eficiência e poupança energéticas, na redução de resíduos ou em alternativas de mobilidade.

Pelos motivos evocados, **o Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento e as GOP para 2013."**

Carlos José da Silva Martins

2- Proposta 58/2012 – Apreciar e votar a Proposta de Contracção de Empréstimo de curto prazo no montante de 5.000.000.00 EUR para o ano de 2013, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------
---

Para introduzir a proposta interveio o senhor **Vice-presidente, José Graça**, que referiu que este empréstimo de curto prazo no valor de 5 milhões, e visa satisfazer as necessidades de tesouraria da Câmara ao longo do ano, as receitas não são regulares ao longo dos meses, a despesa é mais ou menos regular e este empréstimo visa satisfazer as necessidades de

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

curto prazo que tem de estar pago a 31 de Dezembro de cada ano e normalmente é pago quando se recebe a ultima prestação do IMI que é quando há mais disponibilidade para liquidar esses empréstimos.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e referiu que o PS entende que este é um instrumento de apoio à gestão corrente da autarquia e que existindo a possibilidade legal de recorrer a ele, o PS não tem nada a opor e votará favoravelmente.----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por maioria,** com 35 votos a favor sendo 22 do PSD, 12 do PS e 1 do CDS/PP e 1 abstenção do BE.--------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, fez uma declaração de voto.-------

Declaração de Voto

"A proposta do executivo camarário, para contracção de um empréstimo de curto prazo no montante de 5 milhões, representa um encargo no orçamento para 2013 em amortização do capital + juros de 5.356.477,30 euros.

A intenção deste empréstimo é satisfazer compromissos de "dificuldades de tesouraria", no entanto, não explicita quais, não apresentando igualmente uma listagem das empresas, serviços ou fornecedores que irão ser abrangidos por este empréstimo.

Não foi presente o mapa referente de endividamento actual da Câmara, como tal, não podemos avaliar com rigor se existe capacidade financeira para suportar as amortizações decorrentes deste empréstimo.

Recentemente, ao abrigo do programa PAEL foi autorizada a contracção de um empréstimo de 15 milhões de euros para satisfazer o pagamento de dívidas da autarquia. Este empréstimo para pagar em 5 anos, representa um encargo anual de 3,7 M€.

Para 2013, os encargos com financiamentos são bastante elevados o que põem em causa a gestão corrente do município e seus compromissos. A diminuição das receitas e aumento de encargos com despesas correntes e

com empréstimos, deverá obrigar o município a reflectir bastante sobre o futuro deste Concelho.

O Bloco face à proposta de "Contracção de empréstimo de curto prazo no montante de 5.000.000,00 EUR" pelas razões anteriormente evocadas, votamos pela abstenção."

Bloco de Esquerda
Carlos José da Silva Martins

Usou da palavra o senhor **deputado Mário Botelho (PSD)**, e disse que esta proposta obedece a todos os requisitos legais.----------
---
Entretanto entrou na mesa uma Moção respeitante ao Centro de Saúde de Quarteira da bancada do PS, que em bom rigor deveria ter sido apresentada no PAOD, no entanto por ser matéria consensual a mesa colocou-a à votação.

Moção
Contra o encerramento do serviço complementar de consultas nocturnas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Quarteira (Centro de Saúde de Quarteira)

"No passado dia 1 de Novembro de 2012, por iniciativa da ARS-Algarve, foi encerrado o Serviço Complementar de Consultas Nocturnas na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Quarteira (Centro de Saúde de Quarteira) que funcionava após as 20 horas.

Os utentes da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Quarteira, especialmente os que não têm médico de família e os turistas, têm vindo a usufruir de um serviço complementar de consultas a funcionar entre as 20 e as 24 horas, permitindo-lhes, assim, beneficiar de cuidados de saúde de proximidade em situações de emergência menos grave, sem que tenham que se deslocar aos serviços de urgência básica do Centro de Saúde de Loulé nem à urgência do Hospital Central de Faro, com todos os custos inerentes

que essas deslocações teriam, nomeadamente as taxas moderadoras e os custos de transporte.

A reestruturação do horário deste serviço, transportando e transformando um serviço de consultas nocturnas em alargamento do horário diurno entre as 14 e as 20 horas, não serve os interesses nem satisfaz as reais necessidades dos Quarteirenses nem daqueles que nos visitam, tendo este serviço já recebido utentes das freguesias de Almancil e de Boliqueime que reconheciam a importância deste serviço da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Quarteira.

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu descontentamento e oposição a esta medida e propõe que o Ministério da Saúde reveja esta decisão e reabra este serviço de vital importância para a freguesia de Quarteira e limítrofes."

Loulé, 21 de Dezembro de 2012

A **Moção** foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------
---

3- Proposta 59/2012- Aprovar a Nomeação de Auditor Externo para os exercícios de 2012 e 2013, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------
---

Para introduzir o tema, interveio o senhor **Vice-presidente, José Graça**, dizendo que foi feito um procedimento para a escolha do Auditor Externo para os exercícios de 2012 e 2013, sendo entendimento da autarquia que a empresa tem feito um bom trabalho e pretende-se renovar o ano de 2013, existe uma verba prevista em 2013 de 27 mil e 100 euros e 11 mil e setecentos euros para 2014.----------

Interveio o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo lamenta que a Câmara não aproveite a situação do mercado para fazer consultas públicas, não fazendo sentido nenhum renovar contratos, por não considerar que façam um bom trabalho e por essa razão o PS irá votar contra esta proposta.----------
---

O senhor **Vice-presidente, José Graça**, comentou que para uma pessoa da área económica como é o Dr.Fernando Santos, porque os auditores têm regras muito próprias, de análise de um trabalho que é sério, é reconhecido pela entidade competente e não é reconhecida idoneidade ao senhor deputado para pronunciar as palavras que pronunciou sobre o Auditor, porque ultrapassa tudo o que é razoável, porque criticar o trabalho do auditor e da sua equipa é demais.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, discordando que as posições dos deputados desta Assembleia, sejam atacados do ponto de vista pessoal, que são eleitos para estarem aqui e a sua opinião às vezes vai coincidir com a dos outros e outras vezes não e isso é o exercício das funções de quem aqui está. O PS considera que devia de ir ao mercado, podendo encontrar lá um preço mais baixo.----------
---

O senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, referiu que os senhores auditores omitiram informação no relatório consolidado de 2011 que estava escrito nas contas individuais das Câmaras com critérios valorimétricos. Terminou dizendo que foram ditas algumas mentiras em relação aos auditores.----------
---

Usou da palavra o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e relativamente ao auditor diz que não tem informações para colocar em causa a idoneidade do auditor, se o trabalho tiver alguma omissão acerca daquilo que a Câmara apresenta no relatório, existem entidades superiores que aferirão da qualidade do mesmo. Referiu ainda que na apresentação das contas consolidadas, houve algumas questões que não foram bem compreendidas, mas com as explicações dadas através de um email enviado, que já não pertenciam à tal empresa, o assunto foi ultrapassado.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Usou da palavra o senhor **deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que existe rigor nas contas apresentadas por estes auditores.----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 23 votos a favor, sendo 21 do PSD, 1 do CDS/PP e 1 do BE, 10 votos contra do PS e 3 abstenções do PS.----------
---

A senhora **Presidente,** referiu que as propostas que constam do ponto 4, pela sua conexão, havendo a intenção de proceder à discussão conjunta sendo a votação feita separadamente.----------
---

4.a)- Proposta 60/2012- Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de Procedimento Concursal comum para constituição de reservas de recrutamento, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico da atividade "Administração Geral", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar ao Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas Municipais, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------
---
---

b)- Proposta 61/2012- Apreciar e votar a proposta de ocupação de um posto de trabalho na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por recurso à reserva de recrutamento interna existente na autarquia, por via de Procedimento Concursal n.º 04/2011 para a categoria de Assistente Operacional, a afetar à atividade de "Administração Geral" da Divisão de Transportes e Oficinas, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

c)- Proposta 62/2012- Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de Procedimento Concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional da atividade "Abastecimento de Água", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Sistemas de Saneamento Básico, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

---

d)- Proposta 63/2012- Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de Procedimento Concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional da atividade "Abastecimento de Água", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Sistemas de Saneamento Básico, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

---

e)- Proposta 64/2012- Apreciar e votar a proposta de abertura e tramitação de Procedimento Concursal comum para constituição de reservas de recrutamento, para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico da atividade "Saneamento Básico", na modalidade de relação de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Sistemas de Saneamento Básico, ao abrigo do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro e legislação conexa de acordo com a proposta ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Para introduzir este conjunto de propostas, interveio a senhora **vereadora Teresa Menalha**, explicando que este conjunto de propostas visam dar cumprimento à Lei n.º 46 do Orçamento de Estado de 2011, no sentido desta Assembleia Municipal autorizar a abertura de 5 procedimentos concursais para 4 assistentes operacionais e 1 assistente técnico, nas funções de canalizador, caboqueiro, operador de máquinas, motorista de transportes escolares e topógrafo. Mencionou ainda que os requisitos impostos por este artigo estão totalmente cumpridos no que respeita à redução imposta à autarquia de 2%, uma vez que se atingiu 4,2 de redução sobretudo resultante de um conjunto de reformas que surgiram durante o ano de 2012 e algumas não renovações de contratos a termo, por via de terem esgotado a sua possibilidade de renovação, bem como a impossibilidade destes postos de trabalho serem ocupados por via de recurso a instrumentos de mobilidade, por via dos encargos estarem previstos no Orçamento de Estado e de terem sido cumpridas as informações constantes neste artigo que é um dever de informação que compete à autarquia junto da administração central.----------
---

Usou da palavra o senhor **deputado Carlos Costa (PS)**, para questionar a Câmara se estes lugares são destinados a funcionários que já se encontram ao serviço ou no regime contratual.----------
---

Respondeu a senhora **vereadora Teresa Menalha**, que estes concursos são externos no regime de procedimento normal, não estando ninguém previsto.-
---

As propostas foram colocadas à votação em conjunto, e foram **aprovadas por unanimidade**.----------
---

5.a)- Proposta 65/2012- Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual relativo aos Compromissos Plurianuais – Abertura de novos procedimentos contratuais, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

5.b)- Proposta 66/2012- Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual relativo aos Compromissos Plurianuais – Reprogramação de projetos existentes, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

5.c)- Proposta 67/2012- Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual respeitante ao Concurso Público para a contratação dos serviços de limpeza urbana numa área da cidade de Loulé, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

5.d)- Proposta 68/2012- Apreciar e votar a proposta de QREN – RUCI "Algarve Central" – estudo da Mobilidade Interurbana, nos termos da proposta, de acordo com o n.º 1, da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;----------

---

O senhor **Vice-presidente, José Graça**, fez a introdução destas 4 propostas, resultam da lei dos compromissos que sempre que há investimentos plurianuais e sempre que há alterações de dotações plurianuais têm que vir à Assembleia, está-se a fazer ajustamentos em termos das várias rubricas.----------

---

Usou da palavra o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, questionou a mesa da Assembleia Municipal se tinha havido algum pedido para o agendamento de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal se alguma vez foi rejeitado um pedido de tal ordem.----------

---

A senhora **Presidente em funções**, respondeu que não tinha conhecimento duma situação dessas.----------

Disse o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, não ter conhecimento também de uma situação destas e disse ter ficado ofendido, uma vez que estas propostas são escritas e visam atingir determinados objectivos e estão para ser aprovadas e ao invés de terem sido justificados os projectos concretos, é juntada uma argumentação num parágrafo que é comum a 2 das propostas e que diz "tendo em consideração que a Assembleia Municipal tem 5 reuniões ordinárias ao longo do ano, e por vezes não é possível convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária…" e a Câmara numa proposta escrever isto, obrigava a que fizesse sentido e deste modo não parece correcto. Pediu atenção ao executivo no cuidado com o que escreve nas propostas, porque não havia necessidade de escrever isto.----------
---

O senhor **Vice-presidente**, **José Graça**, pediu desculpa e reconheceu que a redacção do texto não é a adequada porque faz uma interpretação que não é a correcta e se for feita a substituição de uma palavra, estamos todos de acordo, em vez do possível é "desejável", nunca a Câmara pediu uma Assembleia que ela não fosse realizada.----------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, relativamente a este assunto, propôs s retirada do parágrafo em questão, por estar totalmente descabido da proposta e que não tem qualquer razão.----------
---

Interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para dizer que o senhor deputado Carlos Martins vê coisas que não existem.----------
---

Falou o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que ficou claro da parte do senhor Vice-presidente, que tinha sido um equívoco. O PS irá votar a favor. Vem aqui um pedido de reprogramação de compromissos plurianuais que já estão em curso há muitos anos alguns deles, faria todo o sentido que neste momento fosse juntada uma pequena memória descritiva, descrevendo há quantos anos está em curso e justifica-se que ele seja prolongado por mais anos; assuntos tão relevantes como a elaboração do Plano de Urbanização da cidade de Loulé, a reformulação do Plano de Urbanização de Boliqueime, a revisão do Plano Director Municipal e o projecto de arquitectura para um centro cultural em Quarteira, incluindo parque de estacionamento, são os 4 projectos que já estão em curso há algum tempo e

que vão ser reprogramados e era este o momento que devia vir aqui um ponto de situação destes 4 projectos.----------
---
Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para tecer algumas considerações sobre alguns aspectos aqui referidos.----------
Relativamente aos planos, vai ser entregue o ponto da situação sobre estes planos, não há nada a ocultar, por vicissitudes várias nos vários planos, não tem evoluído como nós desejávamos. O PDM de Loulé, hoje dos 16 do Algarve, conjuntamente com o de Lagos é o que está mais evoluído, houve na 2ª feira uma reunião com a CCDR, mas os atrasos que se têm verificado estão relacionados com indefinições relativamente à REN e da RAN que não são da responsabilidade da Câmara.----------
Relativamente aos outros planos as situações são diversificadas, porque é sempre difícil fazer planos, para as populações um plano vem definir regras que muitas vezes as pessoas não estão interessadas em cumprir e muitos dos responsáveis pelos planos não conhecem a realidade local e depois não são planos ajustados aquilo que as populações têm o direito de esperar e será entregue o ponto da situação destes planos que aqui vêm e que aqui foram apresentados.----------
Relativamente à questão da redacção discutida aqui, não houve nem nunca poderia haver qualquer intenção de melindrar a Assembleia Municipal, houve uma tentativa de justificar o número de assuntos que aqui vieram hoje e a explicação já foi aqui dada pelo senhor Vice-presidente.----------
---
O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, referiu que em relação a estes 2 assuntos, o 5.d) deveria ser votado não conjuntamente com estes 3 temas que são diferentes.----------
Questionou o executivo sobre qual o ponto de situação do estudo da mobilidade interurbana.----------
---
Usou da palavra o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, focando a proposta 5.d) Proposta 68/12, dizendo que se refere a uma candidatura QREN, embora não haja indicação sobre o programa do QREN que abrange e não foi possível verificar algumas dúvidas, nomeadamente qual o prazo de execução.----------

Questionou qual será a pressão que os munícipes irão exercer, uma vez que a empresa adjudicou o trabalho e com uma programação da QREN com fases de realização do trabalho, não vai haver uma penalização grave de aplicação de fundos a este projecto.----------
Disse que iria votar favoravelmente.----------

O senhor **Presidente da Câmara**, informou que o ultimo acto sobre este programa tinha sido feito na semana passada em Olhão, onde se tinha reunido uma série de entidades que estão interligadas directa e indirectamente com isto, a EVA a CP, as Estradas de Portugal, todas aquelas que fazem parte.----------
Na parte de caracterização e diagnóstico foram apresentados elementos extremamente importantes, mais de 50% do tráfego pendular entre os municípios do Algarve Central se realizam entre Loulé, Faro e Olhão.---------
As vias de comunicação entre a cidade de Loulé, Faro e depois Quarteira e Vilamoura, o investimento feito nestas vias é extremamente facilitador e ao mesmo tempo de certa forma convida e cria melhores condições à fixação da população nos nossos concelhos.----------
Há aqui um líder neste processo todo, na organização dos municípios fica sempre um como responsável e neste caso é Olhão. O estudo identifica uma série de prioridades de investimento e de políticas em termos de acessibilidades e em termos de investimento nos transportes que devem ser feitos.----------
---

As propostas foram colocadas à votação em bloco e **aprovadas por unanimidade**.----------
---

6.a)- Proposta 69/2012- Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual, respeitante ao Ajuste Directo (Regime Geral) para a contratação de serviços de manutenção e limpeza de estruturas enterradas com plataforma elevatória no concelho de Loulé, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

b)- Proposta 70/2012- Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual respeitante ao Concurso Público para a contratação de fornecimento e instalação de reguladores de fluxo luminoso nas redes de iluminação pública no concelho de Loulé, de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

---

c)- Proposta 71/2012- Apreciar e votar a proposta de aprovação e início do procedimento de concurso público para execução de empreitada de "Arranjo Urbanístico da Praça Afonso III, Rua Paio Peres Correia e Largo das Bicas Velhas/Chafariz" - Nomeação do júri do procedimento e coordenador de segurança em obra, de acordo com a proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

---

d)- Proposta 72/2012- Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual respeitante à Empreitada de "Construção da Via Distribuidora Norte de Quarteira", de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

Para introduzir as propostas, falou o senhor **Vice-presidente**, **José Graça**, dizendo tratar-se a primeira por um período de 2 anos, abrangendo os anos de 2013 a 2015.----------

Na segunda proposta trata-se do início do procedimento e o concurso que se irá desencadear após esta aprovação, o valor estimado é de 352 mil euros, sendo uma candidatura já aprovada ao programa Algarve.----------

A terceira proposta relativa ao arranjo urbanístico, é uma obra que se estenderá pelo prazo de um ano, com um investimento volumoso na casa dos 900 mil euros, iniciar-se-á em 2013 e terminará em 2014. Os trabalhos de arqueologia vão ter aí um peso importante tendo em conta a situação do local.----------
A ultima proposta da Via Distribuidora Norte de Quarteira, onde se propõe uma afectação de 2 anos da verba desta obra, já adjudicada e terá início no princípio do próximo ano.----------
---
Interveio o senhor **Presidente da Câmara**, explicando que iria fazer a ligação aquilo que foi dito anteriormente relativamente a estas matérias. No que respeita às obras do município, à má opção em determinado tipo de obras, entre as quais foram citadas por exemplo estas de reabilitação urbana, e o que aconteceu foi que a Câmara tinha efectivamente os projectos terminados da reabilitação urbana e que têm a sua razão de ser. Neste momento há dinheiro no QREN porque a esmagadora maioria dos municípios do Algarve não tem a componente da própria Câmara.----------
Este é o exemplo de uma oportunidade que tínhamos em carteira, os projectos que foram feitos pelo Gabinete de Reabilitação Urbana e que ninguém põe em causa que toda aquela zona das Bicas velhas que vai até à Matriz, que muita gente só descobriu quando foi feito depois do Festival MED.----------
Esta é uma obra que se não fosse a oportunidade de financiamento externo, nunca se iria fazer, e tivemos essa oportunidade de participar e de lançar essa obra.----------
---
O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, disse ser importante que o senhor Presidente da Câmara, prestasse este esclarecimento, porque essa explicação não foi dada na proposta, não consta as fontes de financiamento deste projecto.----------
Com base na informação que tinha no momento, na proposta que foi entregue aos deputados através da Assembleia Municipal, não tem nada que esclareça os deputados municipais, sendo o custo da obra de 930 mil euros, que no orçamento para 2013, consta uma verba de 250 mil euros, mais 1 milhão de euros para 2014, mas não consta na proposta da Câmara as fontes de

financiamento. A única fonte de financiamento é que constam lá 200 mil euros.----------
Não é posta em causa a qualidade nem a necessidade daquela obra, apesar de haver muitas escadarias, muitos desníveis que se calhar não são muito adequados para o projecto em causa, para a zona que se quer pedonal. O BE mantém a mesma posição que teve na gestão do orçamento, por considerar que é inoportuno nesta altura lançar esta obra. Não é referida as fontes de financiamento do QREN, qual é a verba se realmente é uma verba substancial.----------
---
Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**, que a comparticipação do QREN são 65% do valor da obra.----------
Em relação às obras que são feitas em Loulé e não são feitas em Quarteira, não é verdade. Há uma obra que vai ser feita em Quarteira que é a requalificação entre Quarteira e Vilamoura, obra essa que vai ter fundos comunitários num valor superior a 65%.----------
---
O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, disse que este esclarecimento ajudou a compreender melhor o financiamento e concordou com a intervenção do deputado Carlos Martins, no que se refere à quantidade de obstáculos nomeadamente desníveis e pavimentos que são criados naquele espaço, para os menos jovens são criadas algumas barreiras à mobilidade.----------
---
O senhor **Vice-presidente**, **José Graça**, esclareceu que todas as obras co-financiadas estão no orçamento, não há nenhuma falta de informação, poderá haver apenas alguma dificuldade de interpretação. Referiu que no quadro que está na pág. 4 são candidaturas aprovadas, não se podendo colocar aqui nenhuma que não esteja aprovada e mencionou algumas dessas obras:----------
- construção da escola da Fonte Santa, da escola de Salir, da escola de Boliqueime, águas e esgotos de Vale Judeu, das Benfarras, da Cruz da Assumada, do Troto, São Lourenço e Além, conduta de abastecimento de água ao litoral, instalação dos reguladores de fluxo, construção do edifício de apoio ao heliporto, pólo museológico da água e conteúdos em Querença, centro de experimentação artística no Parque Municipal, iniciativas de marketing turístico, equipamento para o corpo de bombeiros, beneficiação

da 125 em Almancil, beneficiação da 125-4, construção da avenida nascente, construção da ciclovia Almancil-Quinta do Lago, requalificação urbanística da zona costeira Quarteira-Vilamoura sendo esta a obra com maior dotação de todas e finalmente a Praça Afonso III e zona envolvente.----------

---

As propostas foram colocadas à votação, tendo sido **aprovadas por unanimidade**.----------

---

7)- Proposta 73/2012- Apreciar e votar a proposta de Instalação de um conjunto comercial denominado "Apolónia Lifestyle Center" – sítio das Pereiras – Almancil, reconhecimento do Interesse Público Municipal, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

---

A proposta foi introduzida pelo senhor **Presidente da Câmara**, que fez uma explicação sobre a origem deste terreno, adquirido anteriormente pelo senhor Van Gelder para a construção de um campo de futebol que permitisse a permuta com o actual campo de futebol de Vale do Lobo. Mais tarde o supermercado Apolónia apresentou um projecto à Câmara de um espaço comercial neste local, argumentando que o actual tinha dificuldades de expansão. Este processo arrasta-se há 3 anos a esta parte, junto das entidades do ambiente e chegou-se agora a um ponto em que acedemos a considerar o interesse público municipal com base em 2 pressupostos; o actual supermercado Apolónia deixaria de existir para ser relocalizado neste espaço, mais moderno, melhor equipado, com melhores acessibilidades, mais segurança e mais estacionamento e o segundo é que fosse construído um polidesportivo que Almancil tem falta e essencialmente para manter a memória daquele espaço e neste projecto irá melhorar substancialmente a imagem de Almancil e promover a criação e de emprego.-

---

Usou da palavra o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, manifestando a intenção da bancada do PS votar a favor desta proposta.----------

Solicitou que o executivo municipal fizesse chegar aos membros da Assembleia uma pequena memória descritiva do projecto, porque o processo

que chega à Assembleia para deliberação é um processo que resulta da instrução das entidades oficiais.----------
---

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**, que se está a dar o primeiro passo para a elaboração do loteamento, foi apresentado um projecto pelo promotor.----------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, referiu que depois das explicações dadas ficou-se a saber a localização do terreno. Sugeriu que futuramente o executivo municipal junte uma planta de localização para poder ser melhor interpretado.----------
Questionou o executivo sobre muito recentemente a Câmara Municipal de Loulé não ter dado acolhimento a uma pretensão de um conjunto comercial proposto pelo terreno limítrofe na mesma área abrangida pelo PDM.---------
---

O senhor **Presidente da Câmara**, explicou que no seguimento do que tinha referido, o complexo desportivo que abrangia mais terrenos do que este e houve em determinada altura a pretensão de fazer outro centro comercial nesse território e o pressuposto era a relocalização de um supermercado já existente e a construção de um polidesportivo, e foram estas as 2 condicionantes. Era de uma superfície comercial já instalada em Almancil há muitos anos, quer tem contribuído para a qualidade do serviço que é prestado e particularmente dos empreendimentos que ali estão, Quinta do Lago e Vale do Lobo, e não fazia sentido ter 2 superfícies comerciais uma ao lado da outra e os promotores que vieram falar eram os promotores dos terrenos ao lado e o que eles pretendiam era também saber se podiam fazer um centro comercial.----------
---

A proposta foi colocada à votação e foi **aprovada por unanimidade**.----------
---

8)- Proposta 74/2012- Apreciar e votar a proposta de Declaração de Utilidade Pública com carácter de urgência para efeitos de expropriação e autorização para a posse administrativa da parcela n.º 3 no âmbito das expropriações da obra "Prolongamento da Avenida Sá Carneiro à Fonte Santa", nos termos da proposta, de acordo com o n.º 2, da alínea f) do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a

redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------
---

O executivo municipal, prescindiu da apresentação da proposta, uma vez que já tinha sido abordado o assunto.----------
---
O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, questionou o executivo sobre a forma como o senhor Presidente tinha apresentado o resultado de uma votação e o posicionamento dos 2 vereadores que o PS tem neste momento na Câmara Municipal de Loulé. O senhor Presidente da Câmara manifestou a sua surpresa pela votação deles e os senhores vereadores apresentaram uma declaração de voto sobre este assunto e tomaram aquela posição depois de terem colocado questões sobre um documento que supostamente teria sido entregue à Câmara Municipal e que não era apresentado nos anexos e na sequência dessa situação foi motivada a votação do documento.----------
Manifestou a intenção da bancada do PS votar favoravelmente esta proposta.----------
---
Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, questionou da possibilidade de no terreno anexo transferir a parte que vai ser agora utilizada na Via na parte poente no terreno disponível fazer a permuta de modo a salvaguardar a outra hipótese.----------
---
Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**, que irá dar a palavra ao senhor vereador, que irá expor a razão que o levou a tomar aquela posição contrária. Disse ainda que dava a palavra ao senhor vereador para explicar porque teve aquela posição contrária.----------
---
Interveio o senhor **vereador Luis Oliveira (PS)**, vereador do PS, que disse que se os senhores deputados tivessem atenção e consultassem os documentos que estão acessíveis no site da Câmara relativamente às atas das reuniões, possivelmente não seria susceptível de tanta discussão.--------
Aquilo que foi dito e que consta na declaração de voto e que se passou na íntegra na reunião de Câmara de 5 de Dezembro, passaria a palavra à colega Fátima Catarina por ter sido ela que informou relativamente às dúvidas que

tínhamos sobre este assunto.----------

Usou da palavra a senhora **vereadora Fátima Catarina (PS)**, que disse ter votado contra por 2 razões, uma delas porque faltava um documento que era frisado na informação técnica e que depois não aparecia e não houve antecipadamente conhecimento dele.----------
A outra razão foi porque consideramos que não estavam reunidas as condições para votar a favor em relação ao código das expropriações, porque havia uma avaliação do perito relativamente a essa expropriação, havia uma contestação por parte do proprietário do hotel que não foi tida em conta na proposta da Câmara e o perito considerou que ao expropriar o terreno estava em causa 11 lugares de estacionamento e ao acabarem com o campo de ténis, estaria a dar 19 lugares de estacionamento e estaria compensado por aí.----------
O PS considerou que se devia ter tido em conta uma resposta ao proprietário relativamente a este assunto. Não foi considerado pelo perito a depreciação da parte não expropriada do terreno, quer em termos de ruído, quer em lugares de estacionamento, tendo sido essas as razões que nos levaram a votar contra.----------
---
O senhor **Presidente da Câmara**, disse que continua a achar estranho a postura dos senhores vereadores do PS, que parece que defendem mais um proprietário do que o próprio executivo. O perito é oficial, que faz as avaliações que são pedidas, não pertence à Câmara Municipal de Loulé.-------
O que está aqui a ser decidido é o início do processo de expropriação que vai ser redimido em tribunal sendo o tribunal que vai indicar um novo perito da sua confiança que depois vai indicar o que é que a Câmara tem que pagar.----
O que estava em causa era a urgência e a necessidade de resolver o problema de uma parcela. O perito considera que a construção da avenida vai valorizar o hotel.----------
Quando se faz parte de um órgão, os técnicos que colaboram com esse órgão, estão de boa fé a colaborar com a Câmara.----------
---
Usou da palavra o senhor **Vice-presidente**, **José Graça**, explicou que no início do processo de todas as 30 parcelas, vai a reunião de Câmara toda a área e o valor de todas as parcelas. No caso desta parcela em concreto,

como está inserida no Plano de Quarteira Norte-Nordeste para além do valor que foi apresentado ao proprietário, ele poderia ficar com os direitos de construção adquiridos pelo plano que também não quis. Depois houve uma proposta objectiva, onde foi valorizada a parcela e foi apresentado um valor e aí houve uma contra-proposta do proprietário que foi de novo avaliada pelo perito da Câmara e que foi feita a contra-proposta desse valor corrigido ligeiramente para cima e depois vem uma segunda contra-proposta do proprietário e de facto isto não pode andar de contra-proposta em contra-proposta. Foi analisada a contra proposta do proprietário pelo perito e terá que ser desempatado por um terceiro perito.----------
---

Interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para dizer ao senhor deputado Hugo Nunes que os senhores vereadores do PS trabalham muito depressa, porque disse que foram confrontados na sessão de Câmara com uma situação que não sabiam e isso foi o que motivou a declaração de voto. Agradeceu os esclarecimentos dos senhores vereadores, porque olhando para a declaração de voto, parecia resultar daqui que o PS estava preocupado com o património do particular e queria que a Câmara pagasse mais ao particular em prejuízo do erário público, se não fosse os esclarecimentos adicionais dos senhores vereadores, é a leitura que ressalta da declaração de voto.----------
---

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, disse que o senhor deputado Gilberto de Sousa e o senhor Presidente de Câmara, tentaram criar um "caso" onde não existe e a situação é muito fácil de perceber, porque não são só os membros do executivo que estão a tempo inteiro que falam com os munícipes, há outras pessoas também, porque os munícipes concerteza procuram que os representantes dos órgãos defendam os seus interesses.--
Os 2 vereadores que o PS tem representados na Câmara Municipal tem a total confiança do partido e desta bancada.----------
Infelizmente boa parte dos assuntos vêm mal instruídos e são aqui complementados com esclarecimentos.----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por maioria**, com 33 votos a favor, sendo 21 do PSD, 10 do PS, 1 do CDS/PP, 1 do BE e 3 abstenções do

PS.----------
---

9)- Proposta 75/2012- Apreciar e votar a Proposta de Concurso Público da Empreitada "Ampliação da EB1 de Boliqueime", de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------
---

O senhor **Vice-presidente**, **José Graça**, fez a introdução da proposta, explicando que o que se pretende que a Assembleia aprove, é a passagem do 1º concorrente ao 2º concorrente, porque o 1º não entregou a caução da garantia bancária e o vencedor desta empreitada é o 2º concorrente e volta de novo a proposta à Assembleia e como o empreiteiro muda o valor, tem que voltar de novo à Assembleia depois de já ter vindo uma vez.----------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, recordou que quando esta proposta veio à outra sessão, essa questão foi levantada que o preço mais baixo nem sempre é aquele que interessa ao município e espera que este agora possa cumprir a empreitada.----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

10)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;----------
---

Por já ter sido abordada ao longo da sessão a actividade do executivo municipal, foi dispensada a apresentação da mesma.----------
---

O senhor **Presidente da Câmara**, desejou um feliz Natal e um próspero ano novo a todos os presentes.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

A senhora **Presidente da Assembleia,** deu como terminada a sessão, e nada mais havendo a registar foi lavrada a presente acta, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais----------
---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA_____

A 1ª SECRETÁRIA_____

A 2ª SECRETÁRIA_____